



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Fica difícil

O clima beligerante e a postura condescendente do governo Lula com as arbitrariedades de Maduro reduzem a praticamente zero as chances de o Brasil construir um consenso na região. Esse vácuo de liderança compromete iniciativas como o Mercosul, além de perpetuar problemas crônicos na região, como violência política e desigualdade social.

Baixaria

A discórdia sul-americana chegou ao nível das ofensas. Na semana passada, após Nicolás Maduro chamar o presidente da Argentina, Javier Milei, de “maldito”, a Casa Rosada respondeu no mesmo tom. “O que possa dizer Maduro, um ditador, um imbecil como Maduro, não deixam de ser palavras de um ditador. Preocupamos o povo venezuelano, que não haja democracia na Venezuela, em virtude do que possa ocorrer nas próximas eleições”, rebateu o porta-voz de Milei, Manuel Adorni.

Deixa pra lá

O senador Chico Rodrigues (PSB-RR) fez um apelo para que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) releve a acusação sem prova, feita por Nicolás Maduro, de que as eleições no Brasil não são auditáveis. Em resposta às declarações do presidente venezuelano, o TSE suspendeu o envio de técnicos para acompanhar o pleito.

Uma pena

“O Brasil tem o sistema eleitoral mais confiável da América do Sul. O TSE deveria relevar os comentários de Maduro neste momento tenso de eleições na Venezuela e observar o pleito. É uma pena que o TSE não atenda ao convite feito pela Comissão Nacional Eleitoral da Venezuela”, escreveu o parlamentar.

Dissenso latino ofusca liderança do Brasil

O turbulento cenário político na América do Sul, marcado pela hiperpolarização e por regimes democráticos de solidez variável, inviabiliza qualquer pretensão do Brasil de se apresentar como liderança regional. A ofensiva antidemocrática de Nicolás Maduro, que previu um “banho de sangue” se perder a disputa presidencial deste domingo, é o mais recente exemplo de um subcontinente em ebulição, com longo histórico de instabilidades políticas, golpes e crise sociais e econômicas.

A radicalização estimulada por Maduro obrigou os países vizinhos a se posicionarem. Ontem, o presidente do Chile, Gabriel Boric, defendeu eleições “transparentes, competitivas

e sujeitas à observação internacional” na Venezuela e fez coro ao tom de Lula. “Concordo e apoio as declarações de Lula de que aqui não podemos ameaçar nenhum ponto de vista com banhos de sangue, o que os líderes e candidatos recebem são banhos de votos”, disse.

A posição do líder progressista chileno se junta à crítica conjunta de outros países que repudiam os métodos antidemocráticos de Maduro. Na semana passada, os governos de Argentina, Paraguai, Uruguai, Costa Rica e Guatemala emitiram comunicado contundente: “Exigimos o fim imediato do assédio e da perseguição e repressão contra ativistas políticos e sociais da oposição, bem como a libertação de todos os presos políticos.”



Negado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou o pedido da defesa do ex-deputado Daniel Silveira para concessão de progressão de pena. O ex-parlamentar foi condenado pela Corte a oito anos e nove meses de prisão por estimular atos antidemocráticos, ameaçar as instituições e fazer apologia à ditadura militar.

Pague primeiro

Silveira está preso desde fevereiro de 2023. Os advogados alegam que o preso já ultrapassou o tempo mínimo de 25% de cumprimento de pena para ter direito ao regime semiaberto. Ocorre que, para ter direito ao benefício, o ex-deputado também precisaria pagar multa no valor de R\$ 247,1 mil.

Transparência

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) ingressou com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) contra as emendas parlamentares individuais, conhecidas como “emendas Pix”. Na avaliação da Abraji, essas emendas permitem a transferência direta de recursos públicos desvinculadas de projeto, atividade específica ou a celebração de convênio. “O Estado de Direito não pode admitir repasses sem finalidade definida e sem critério definido, por representar arbitrariedade inconstitucional”, alega a Abraji, na ADI 7688.

Tráfico humano

O programa Interesse Público, produzido pelo Ministério Público Federal, exhibe hoje reportagem sobre o tráfico internacional de pessoas. A cada dia, uma pessoa foi traficada no Brasil de janeiro a abril deste ano, segundo dados do governo federal. Estima-se que essa modalidade de crime movimentou R\$ 32 bilhões e faz 2,5 milhões de vítimas pelo mundo. O programa Interesse Público será transmitido às 20h na TV Justiça.

INVESTIGAÇÃO

Para o PGR, se a defesa de Bolsonaro souber de informações dadas por Mauro Cid, outras diligências serão colocadas em risco

Gonet diz “não” a acesso à delação

» LUANA PATRIOLINO

A Procuradoria-Geral da República (PGR) deu, ontem, parecer contrário ao pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro para que ele tenha acesso à íntegra da delação do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, seu ex-ajudante de ordens. A solicitação se refere ao inquérito que apura o suposto esquema de venda de joias que deveriam ter sido incorporadas ao patrimônio da União. Para o Ministério Público, a permissão colocaria em risco outras investigações em curso — que também se baseiam nos relatos do militar.

Essa é a quarta solicitação feita

ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) — as três anteriores foram indeferidas. “Existem outras investigações em curso, ainda não finalizadas, que também se baseiam nas declarações prestadas pelo colaborador, o que reforça a inviabilidade do acesso pretendido neste momento processual”, salienta o procurador-geral Paulo Gonet em sua decisão.

Ele argumenta que eventuais desdobramentos da petição não necessariamente guardam relação com o ex-presidente. Por isso, seria inviável conceder o acesso indiscriminado a possíveis procedimentos investigativos.

“Todos os elementos relevantes para as investigações

desenvolvidas nesta petição já se encontram documentados e foram franqueados à defesa do investigado. Caso exista outra investigação relacionada ao interessado, o pedido de acesso, certamente, será deferido nos autos pertinentes, uma vez demonstrada a condição de investigado”, adianta Gonet.

Segundo o procurador, a solicitação de Bolsonaro tem apenas “contornos genéricos” e sem especificar o real motivo para ter acesso à íntegra da delação de Mauro Cid. “Os eventuais desdobramentos desta petição não necessariamente guardam relação com o investigado, sendo inviável que lhe seja conferido acesso indiscriminado a possíveis procedimentos investigativos cuja

Geraldo Magela/Agência Senado



Dados das delações de Mauro Cid estão servindo a outras apurações, que se cruzam com a venda das joias

existência se desconhece e que sequer são mencionados nestes autos”, enfatiza Gonet.

De acordo com a Polícia Federal (PF), a tentativa de desvio de bens recebidos pelo governo brasileiro na gestão Bolsonaro pode

ter chegado ao valor de mercado de cerca de R\$ 6,8 milhões. Segundo Mauro Cid, o ex-presidente era quem dava as ordens no esquema.

Os valores adquiridos com a venda dos bens eram repassados, em dinheiro vivo, a Bolsonaro

por meio do ex-ajudante de ordens da Presidência. Outros indícios apontam que o ex-presidente levava as joias presenteadas para o exterior nos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), em viagens oficiais.

REPARAÇÃO HISTÓRICA

Brasil pede desculpas por perseguição a japoneses

» EVANDRO ÉBOLI

A Comissão de Anistia aprovou, ontem, por unanimidade, a declaração de anistia política aos imigrantes japoneses e seus descendentes perseguidos no Brasil, durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-45) e no governo do então presidente Eurico Dutra (1946-51) pelas violações sofridas. O pedido de desculpas foi conduzido pela presidente do colegiado, Eneá Stutz. A sessão contou com as presenças dos ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Silvío Almeida (Direitos Humanos e Cidadania).

O pedido foi feito pela Associação Okinawa Kenjin do Brasil. A comissão entendeu que esses imigrantes japoneses e seus descendentes sofreram “intensa perseguição” do governo. Em 1943, durante a II Guerra Mundial e em meio à ditadura Vargas, cerca de 6,5 mil japoneses foram expulsos de Santos (SP), acusados de espionagem. Os relatos dos remanescentes asseguraram que se tratou de uma desconfiança injustificável do governo brasileiro e o que se viu foi uma “evacuação compulsória”.

“O sonho do imigrante japonês, morador de Santos,

Evandro Éboli/CB/D.A Press



Sessão reuniu descendentes dos japoneses acusados de espionagem

tornou-se pesadelo, quando, em 8 de julho de 1943, todos os residentes na região litorânea tiveram que deixar suas casas em 24 horas. Esse despejo

forçado deixou os japoneses e seus descendentes amedrontados, em pânico. Após 81 anos, estamos aqui para pedir reparação não pecuniária dos

danos morais ao governo, devido a uma injusta acusação de espionagem”, disse Ana Maria Tamashiro Higa, em discurso no ato. Ela é descendente dos japoneses expulsos.

Entre 1946 e 1948, 172 imigrantes ficaram detidos no Instituto Correccional Ilha Anchieta, em Ubatuba (SP), alguns deles acusados de crime contra a “segurança nacional”. A esses estrangeiros foram impostas restrições de direitos — confinamento em campos de concentração, expulsão e confisco de bens.

Em outubro de 2021, a comissão no governo de Jair Bolsonaro negou, por 7 x 2, o pedido da comunidade japonesa. O requerente foi Mario Jun Okuhara, idealizador do pedido de retratação e mesmo autor no pedido

de reconsideração no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

A atual comissão entendeu haver provas suficientes da perseguição aos japoneses. “Há falta documentação comprobatória da perseguição política sofrida pela coletividade de imigrantes japoneses e de seus descendentes perpetrada pelo Estado”, avaliou o colegiado.

“Se na II Guerra os imigrantes japoneses foram considerados inimigos, no pós-guerra acumularam a suspeita de serem terroristas. Continuaram a enfrentar restrições severas, incluindo a proibição de acesso à informação por meio de jornais em língua japonesa, reuniões e até mesmo o uso de seu próprio idioma”, diz a Associação Okinawa.